

Homenagem a Ruy Mauro Marini

O ano de 2017 ficou marcado por uma sequência de eventos e edições em comemoração aos 150 anos da publicação do primeiro volume de *O Capital*, de Karl Marx; aos 100 anos da publicação de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Vladimir I. Lênin; e aos 100 anos da Revolução de Outubro. Em meio à aura festiva e às honrosas homenagens aos marcos históricos mencionados, uma data negativamente marcante se perdeu [a não ser por algumas notas, artigos e menções pontuais]: os 20 anos da morte de Ruy Mauro Marini, militante e intelectual revolucionário da cepa dos antes mencionados, que não só enfrentou pessoalmente um longo período de exílio em razão do golpe de 1964 no Brasil – que o retirou da universidade, impondo-lhe duas prisões e a clandestinidade, até sua partida para o México, onde obteve asilo – como viveu para assistir, neste mesmo país, ao exílio de suas ideias estendido ao longo de quase duas décadas após a decretação da anistia política e de seu retorno à origem.

São relativamente conhecidas – ao menos entre aqueles que transitam nos estudos do desenvolvimento latino-americano – as artimanhas e chicanas acadêmicas que levaram à não circulação dos trabalhos de Marini no Brasil, tornando-os quase letra morta no pensamento social brasileiro, ao contrário do que se passou em outros países da América Latina. É, neste sentido, emblemático o fato de a quase totalidade dos trabalhos de Marini ter sido publicada em espanhol, de algumas de suas principais obras terem sido traduzidas para o francês, o italiano, o inglês e o alemão, e de uma parte ainda muito incompleta de seus textos só passar a contar com versão em português a partir do início deste século, salvo algumas exceções e casos em que os textos foram originalmente escritos em sua língua materna.

Apesar da permanente importância da denúncia, tratar aqui de todas as querelas, críticas, réplicas e trélicas não publicadas ocuparia um espaço de que não dispomos. Em todo caso, vale sempre alertar para o fato de que toda a ofensiva e os ataques às ideias de Marini tiveram como alvo central a posição política revolucionária que as sustentava. Não obstante, talvez seja mais proveitoso neste momento tratar do início do fim desse banimento de ideias ou, mais precisamente, da colocação da obra de Marini no mapa do pensamento social brasileiro, seja para apresentar a grandeza de sua interpretação da realidade latino-americana, seja para que as críticas e ataques se recolquem, seja, por fim, para realçar os processos políticos que seus trabalhos engendram e pelos quais são movidos.

E assim se dá. Talvez pela urgência do momento histórico que escancara os imensos entraves estruturais impostos ao desenvolvimento latino-americano, talvez por honestidade teórica e intelectual, talvez por certo senso de justiça, talvez por todas essas justificativas juntas, o pensamento de Marini passa a ser fortemente reivindicado, trazendo para primeiro plano a originalidade de suas ideias e a proposta revolucionária que lhes corresponde. É impossível separarmos o militante que foi Marini, dirigente da POLOP (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária) e do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária chileno), de sua teoria; e todo um importante esforço de recuperação de sua interpretação sobre a América Latina, a dependência e a revolução, e historicização de suas principais categorias teóricas toma curso a partir do início deste século, não só no Brasil como em toda a região, com interesse manifesto por sua obra teórico-política também em alguns cantos europeus.

Tomando como base as categorias teóricas desenvolvidas por Marx em *O Capital* e a perspectiva de Lenin quanto ao imperialismo como fase particular de desenvolvimento do capitalismo – pensando o desenvolvimento, naturalmente, como processualidade, como desenrolar histórico, e não como progresso, primazia ou superioridade –, caracterizada pela formação dos monopólios e pela divisão do mundo entre as grandes potências, Marini se dedica

a pensar a América Latina engastada em relações de subordinação no plano mundial, ainda que sob independência política já formalmente estabelecida. Isso significa que a dependência tem raízes no período colonial, mas origem, de fato, quando da Primeira Revolução Industrial, que determinará os rumos do desenvolvimento do capitalismo na região, percebido por Marini como um capitalismo *sui generis*, cuja formação se deve à criação da grande indústria e ao correspondente estabelecimento de uma divisão internacional do trabalho, que situa os países industrializados do centro do capitalismo mundial como produtores e exportadores de bens de consumo manufaturados, legando aos países das zonas periféricas do globo a dedicação à produção e exportação de bens primários.

Esta forma de inserção no comércio e nas relações econômicas internacionais, afinada com as teorias tradicionais das vantagens comparativas, autoriza Marini a resgatar a noção de intercâmbio desigual, que realça, em realidade, as “desvantagens comparativas” enfrentadas por países primário-exportadores no comércio internacional ligadas aos oscilantes e baixos preços relativos de *commodities* em relação aos preços de produtos industrializados ou com mais alta composição do capital. Ao observar esse movimento, Marini percebe também que ele representa uma forma bastante consolidada de transferência internacional de excedentes produzidos na periferia, mas que serão apropriados no centro. E ainda que Marini dirija maior atenção às transferências de valor desencadeadas pelas trocas no mercado internacional, reconhece explicitamente que suas formas não se restringem às operações de comércio, expressando-se igualmente, a depender do período histórico, na remessa de lucros e dividendos em razão da entrada de capitais estrangeiros pela via de investimentos diretos, da compra de ações de empresas nacionais e da instalação de filiais nos países latino-americanos; no pagamento de juros e amortizações como desdobramento de processos de endividamento externo; no pagamento de *royalties* pelo uso de marcas, recursos, tecnologias e produtos patenteados; entre outras formas mais.

O ponto é que, sejam quais forem os mecanismos de remessa de excedentes, seu resultado imediato é a criação de uma espécie de “obstaculização”

[com todas as aspas para que não se interprete como se tivéssemos aqui um capitalismo incompleto ou como se houvesse em nossa formação social traços de pré-capitalismo] do processo interno de acumulação de capital, posto que parte da mais-valia gerada na periferia será enviada para o centro em lugar de ser internamente incorporada a um novo ciclo do capital industrial, como o denomina Marx.

E aqui se constrói aquela que Vânia Bambirra considera como a principal categoria que Marini aporta à teoria da dependência: a superexploração da força de trabalho, tida como uma lei de movimento própria do capitalismo dependente. Trata-se de uma categoria que tem provocado polêmicas diversas entre os estudiosos da obra de Marini e mesmo entre estes e seus críticos, tanto em relação a sua validade, quanto a sua generalização para países que não os dependentes, por exemplo. Apesar das controvérsias, a chave analítica que nos oferece Marini está no vínculo indissociável que se cria entre as transferências estruturais de excedentes e a superexploração da força de trabalho. [E aqui, por certo, não me coloco imune à controvérsia em torno da categoria, expressando, com esse tal “vínculo indissociável”, a leitura que faço da obra de Marini em diálogo permanente com as categorias teóricas criadas por Marx]

A superexploração é entendida como um mecanismo de compensação ao qual recorrem os capitalistas periféricos diante das limitações à acumulação que enfrentam quando são compelidos a transferirem parte da mais-valia da qual se apropriam para pagamentos diversos ao capital estrangeiro. Estas perdas precisam ser corrigidas, recompondo ao capital periférico a mesma escala de acumulação que se fazia possível antes das remessas. O ideal seria que tal recomposição se desse via aumento da produtividade do trabalho, que passaria pela introdução no processo produtivo de tecnologias capazes de oferecer ao capitalista uma mais-valia extraordinária, conquistada a partir da concorrência entre capitais. Entretanto, este caminho se restringe na economia periférica que, como importadora (por isso, não produtora) de bens manufaturados, máquinas, equipamentos e bens de capital em geral, enfrentaria a necessidade de ampliar suas exportações de bens primários para garantir uma produção interna com mais alta composição do capital. Isto implica intercâmbio desigual, que pode vir

associado a endividamento externo no intuito de garantir divisas que possibilitem a aquisição dessas mercadorias. A consequência óbvia é a intensificação dos mecanismos de transferência de excedentes por estas duas vias, pelo menos.

A alternativa – única – que se impõe à periferia é recorrer à intensificação da exploração da força de trabalho, seja através das formas de extração de excedentes que passam pela mais-valia absoluta (aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho), seja por meio da extração via mais-valia relativa (redução do tempo de trabalho necessário à reposição da força produtiva do trabalhador), seja apelando para a violação do valor da força de trabalho, com rebaixamento salarial que inviabiliza a própria reprodução da força de trabalho. A esta intensificação da exploração resultante da necessidade de recompor a acumulação de capital na periferia “obstruída” [novamente, resalto as aspas] pelas transferências estruturais de excedentes, Marini chama de superexploração da força de trabalho.

Daí emerge seu tratamento sobre a “cisão das fases do ciclo do capital”, demonstrando que a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para que seja plenamente realizada, consumida, convertida em dinheiro: a produção se faz na periferia e a circulação se dá no âmbito do mercado externo. Neste sentido, o fato de a superexploração da força de trabalho representar uma nítida restrição ao mercado interno de consumo não cria implicações desfavoráveis à acumulação de capital na periferia, justo porque o consumo do trabalhador latino-americano não cumpre com papel algum na realização das mercadorias internamente produzidas; estas serão realizadas independentemente do consumo individual do trabalhador. Por isso, a tendência do capitalismo *sui generis* latino-americano será sempre a de explorar ao máximo sua força de trabalho, garantindo alta produção de excedentes, sem preocupação alguma em garantir as condições para que o trabalhador se reproduza e reponha suas forças produtivas, posto que o exército de reserva de mão de obra garante possibilidade de acesso a nova força de trabalho sempre que dela se necessite em substituição a trabalhadores cuja capacidade de trabalho se tenha esgotado.

De passagem, note-se que a forma como se organiza o ciclo do capital na economia dependente, a partir da separação entre suas fases, favorece,

inclusive, a produção de excedente no centro pela via da mais-valia relativa em razão do barateamento das mercadorias importadas e consumidas pelos países centrais. Mais do que isso, acirra a separação entre as esferas baixa (própria dos trabalhadores) e alta (própria dos capitalistas) de consumo, isto é, entre a esfera de circulação fundada nos salários e aquela embasada na mais-valia não acumulada dos capitalistas periféricos, cujas expectativas de consumo não se orientam pela produção interna e se satisfazem amplamente por meio de importações, desvelando-se, assim, mecanismos muito mais complexos que acirram a desigualdade de renda e riqueza, estratificação social e empobrecimento próprios da dinâmica capitalista.

Também partindo da superexploração da força de trabalho e dos limites do mercado interno, Marini desenvolve a categoria subimperialismo, entendendo-a como outro mecanismo de compensação a perdas oriundas das relações imperialistas. Sua compreensão é a de que, tendo curso o processo de industrialização na América Latina, um país em particular – o Brasil – teria se destacado por levar mais adiante sua industrialização, chegando mesmo a desenvolver uma indústria pesada internamente (sem correspondente desenvolvimento de um mercado interno de consumo que pudesse garantir demanda para os novos produtos que passam a ser criados), o que teria elevado a composição orgânica dos aparatos produtivos nacionais a um nível médio se considerados em escala mundial. Este avanço [repito, em sentido processual e não qualitativo] teria convertido o Brasil num centro mediano de acumulação de capital, o que, acompanhado de uma política expansionista relativamente autônoma, permite que o país se posicione como um subimperialista na América Latina, intensificando os movimentos de expansão do capital nacional rumo a países latino-americanos mais frágeis, no entanto sem romper com os laços que o ligam ao imperialismo em nível global. Pior: exasperando-os. Significa dizer que o subimperialismo anima as relações de dependência e se desenvolve justo pela intensificação dessas relações e não pelo seu afrouxamento. Em outras palavras, o subimperialismo resulta do próprio desenvolvimento capitalista e, assim sendo, da própria intensificação dos laços imperialistas e, portanto, de dependência que a periferia desenrola com o centro.

Marini ainda abordará a questão da cooperação antagonônica, do padrão de reprodução do capital – categoria que é posteriormente desenvolvida por Jaime Osório–, dentre outros temas, dos quais destaco o Estado, o fascismo, a revolução, a contrarrevolução e a transição ao socialismo na América Latina. Todos com o sentido de afirmar que

[a] economia exportadora é, pois, algo mais do que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia, e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. (MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la Dependencia*, México: Ediciones Era, 1973, tradução própria)

E é neste sentido que podemos afirmar que o capitalismo contemporâneo nos expõe a novos traços de uma mesma pintura: imperialismo e dependência complexificados por novas características que tomam centralidade no processo de acumulação de capital. Já é trabalho duríssimo sintetizar em pouco espaço as principais ideias de Marini. Um tanto mais complicado seria situar aqui os diversos debates que se abrem desde a sua interpretação até o desenvolvimento dessas características de uma suposta nova fase do capitalismo.

O ponto é que novas questões aparecem, e, como já aponte, o crescente esforço de retomada das categorias teóricas tratadas por Marini se apresenta combinado a uma necessidade de historicização das mesmas, algo que vem ocorrendo a partir de diversas áreas do conhecimento, desde a Sociologia e a Economia até a História, a Arquitetura e as Relações Internacionais. Em todos os casos, sob o alerta que nos faz o próprio Marini quando afirma:

Utilizar esta linha de análise para estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se encontram na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir assim perspectivas mais claras às forças sociais empenhadas em

destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente: este é o desafio teórico que se coloca hoje aos marxistas latino-americanos. A resposta que lhes dermos influirá sem dúvida de maneira não desprezível no resultado a que chegarão finalmente os processos políticos que estamos vivendo. (Op. cit., tradução própria)

Em sintonia com estas palavras, é seguro dizer que gerações de marxistas latino-americanos vem se formando e trazendo contribuições importantíssimas ao avanço da teoria marxista em geral, da teoria marxista da dependência em específico, e da luta política que se ouriça em nosso continente num contexto histórico de brutais investidas contra os trabalhadores de maneira a contrarrestar a queda nas taxas de lucro, fenômeno este mundial, mas que, como já vimos, apresenta uma faceta muito mais perversa nos países da periferia do sistema.

Este número especial da revista Cadernos CERU, que fecha o ano de 2017 com uma justa homenagem a Ruy Mauro Marini nos 20 anos de sua morte, reúne textos de alguns dos muitos jovens pesquisadores brasileiros que assumem a América Latina como seu objeto e a teoria marxista como seu aporte teórico, e cujas colaborações estão em perfeita consonância com aquilo que a conjuntura nos cobra: aprofundamento nos estudos, precisão nas análises e diagnósticos, e endurecimento nas disputas políticas em defesa da classe trabalhadora.

Agradeço imensamente a Lilian Prado pelo convite para, modestamente, contribuir com esta edição através da homenagem que agora encerro.

Marisa Silva Amaral

Salvador, 29 de dezembro de 2017